

Teses para uma teoria histórica do Estado e do estado-nação

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Notas sobre a teoria do Estado e do estado-nação, o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento humano a serem utilizadas em aula. Fevereiro de 2016.

Introdução

1. O homem é um animal social. Para viver em sociedade ele constrói instituições ou normas sociais de convivência.
2. As instituições fundamentais nas sociedades primitivas são a tradição (o sistema de valores e de normas que passam de geração para geração) e a religião; nas sociedades escravistas e feudais, a religião e o Estado antigo; nas sociedades capitalistas ou modernas, o Estado moderno e o mercado.

Sociedade	Instituições	
Primitiva	Tradição	Religião
Impérios Escravistas	Religião	Estado antigo
Estados-nação	Estado moderno	Mercado

3. Nas sociedades primitivas não há Estado, porque a baixa produtividade não permite a geração de um excedente permanente em relação ao consumo necessário.

Origem e definição

4. O Estado surge quando a tecnologia permite a produção de um excedente regular, uma oligarquia se assenhora do poder (se impõe aos demais) e define, de acordo com seus interesses, a religião aceita e as instituições ou normas coercitivas que garantirão a ordem e seu poder.
5. O Estado, portanto, não é, originalmente, o resultado de um “contrato social”, como pretendeu a teoria contratualista do Estado, nem está baseado na “lei natural”, mas é originalmente resultado do poder da oligarquia de submeter os demais membros da sociedade.
6. O Estado é a instituição tanto normativa quanto organizacional dotada de poder de coerção sobre os membros de uma determinada sociedade soberana organizada ou sob a forma de império ou de estado-nação; ou o Estado é a lei (que por definição é dotada de coercitividade) e a organização que a garante. Seu poder de coerção é exclusivo e aceito ou legitimado pela sociedade, mesmo que à custa da força. Foi isto que permitiu que Max Weber oferecesse uma bela definição do Estado: a entidade que detém o monopólio da violência legítima.
7. O Estado é sempre parte de uma sociedade político-territorial soberana; o

Estado antigo é parte dos impérios; o Estado moderno, dos estados-nação. Observe-se, porém, que a noção de soberania só surgiu quando surgia o capitalismo e se formavam os estados-nação.

Impérios antigos

8. O império é a forma de sociedade político-territorial própria das sociedades escravistas.
9. A extração do excedente é realizada por meio da violência – através de guerras que obriguem as colônias a pagar resultam no pagamento de impostos pelos colonizados e/ou na redução dos vencidos à condição de escravos.
10. Nos impérios, a oligarquia usa o excedente para financiar uma força militar que assegure seu poder, para construir templos que lhe deem legitimidade, para manter e remunerar uma corte e um aparato administrativo patrimonialista, e para seu consumo conspícuo.
11. Enquanto o governo do Estado antigo confunde-se com a oligarquia de guerreiros, sacerdotes e burocratas, no Estado moderno governo e classes dominantes estão separados: o governo, conduzido por oficiais públicos eleitos e não-eleitos, distingue-se das duas classes dominantes: inicialmente, apenas a burguesia, e depois, também a tecnoburocracia.
12. Nos impérios, de acordo com Ernest Gellner, a oligarquia central é dona de uma cultura superior, que ela não tem interesse em transferir para os escravos e as colônias.
13. Quando um império poderoso e longevo, como foi o Império Romano, entrou em crise, abriu-se espaço para a descentralização do poder e formação do sistema feudal, composto por pequenos estados informais, e para a lenta emergência de uma burguesia comercial que vai dar origem a cidades-estado, primeiramente no norte da Itália.

Estados-nação

14. O estado-nação é a sociedade político-territorial própria do capitalismo; é a sociedade política soberana formada por uma nação, um Estado (moderno) e um território.
15. Enquanto os impérios travavam guerras, os estados-nação competem economicamente, os mais fortes não hesitando em se impor de forma imperialista sobre os demais. Não se confunda, porém, os impérios modernos, como o inglês ou o francês, com os impérios antigos, como o egípcio, o romano ou o austro-húngaro.
16. A nação é a sociedade politicamente organizada que tem uma história e um destino comum.
17. O estado-nação e o Estado moderno são o resultado da revolução industrial e capitalista, que se completa pela primeira vez na Inglaterra, na segunda

metade do século XIX, e cuja ocorrência em outros países possui características singulares, distintas da experiência pioneira.

Desenvolvimento econômico

18. A partir da revolução industrial, o excedente econômico passa a ser aplicado não mais na construção de templos, mas no aumento da produção, através da sistemática e necessária acumulação de capital, e surge o processo histórico do desenvolvimento econômico.
19. Para alcançar o desenvolvimento econômico, duas estratégias ou duas formas de Estado disputam precedência: o Estado desenvolvimentista e o Estado liberal-econômico.
20. O estado desenvolvimentista preside as revoluções industriais, que completam a revolução capitalista em cada estado-nação – as presidiu tanto nos estados-nação centrais originais como a Inglaterra, quanto nos retardatários como a Alemanha; tanto nos países periféricos (que sofreram o imperialismo moderno) independentes como a Coreia do Sul, quanto nos países nacional-dependentes, dotados de elites ambíguas ou contraditórias, como o Brasil.
21. O capitalismo nasce desenvolvimentista com o mercantilismo e volta a ser desenvolvimentista nos 30 Anos Dourados do Capitalismo, após a Segunda Guerra Mundial; foi liberal nos países de desenvolvimento original (Inglaterra e França) entre 1830 e 1929 e, novamente, entre 1989 e 2008. Desde então o quadro está indefinido.

As três separações

22. A partir da revolução capitalista o mercado passa a partilhar com o Estado a coordenação econômica da sociedade, e a apropriação do excedente econômico deixa de derivar da força e da religião, para se realizar no mercado, através do lucro.
23. O estado-nação é mais “desenvolvido” do que o Estado antigo, porque nele há uma dupla separação: a classe dominante distingue-se de forma clara do governo, enquanto que governo e oligarquia eram praticamente a mesma coisa no império; e a lei está separada do governante e deve por ele ser seguida. Desaparece, assim, o arbítrio que é próprio do Estado antigo, e o Estado se torna constitucional.
24. Ao nível da produção ocorre uma terceira separação: os trabalhadores são separados dos meios de produção, sua força de trabalho é transformada em mercadoria, e surge o empresário capitalista que, como ensinou Marx, passa a realizar lucros através da acumulação de capital e a troca com os trabalhadores de valores iguais (em termos de valor de troca) no mercado.
25. A partir das três separações e da nova forma de apropriação do excedente torna-se possível distinguir o Estado da sociedade, que agora, além de se organizar politicamente como *nação*, se organiza também como *sociedade civil*, passando a exercer demandas sobre o Estado.

26. A sociedade civil, por sua vez, que inicialmente se confunde com a burguesia, passa a se diversificar ou se democratizar na medida em que a correlação de forças políticas vai se modificando e as classes populares logram aumentar sua influência.
27. Em consequência, o súdito se transforma em cidadão, e o Estado se torna, sucessivamente, (a) constitucional ou garantidor dos direitos civis, (b) democrático – garantidor dos direitos políticos; e (c) social – buscando reduzir as desigualdades econômicas. Essas são três vitórias fundamentais da sociedade contra o Estado originalmente absoluto do início do capitalismo.

A política

28. Com a transformação do súdito em cidadão, surge a política, que é a arte de argumentar e fazer compromissos (concessões mútuas) para governar.
29. As sociedades modernas passam a ter como objetivos políticos, além da segurança, a liberdade individual, o desenvolvimento econômico ou a melhoria dos padrões de vida, a diminuição das desigualdades ou justiça social, e a proteção do ambiente.
30. A ideia de progresso, que surgira no século XVIII com o Iluminismo, transforma-se, no século XX, na ideia do desenvolvimento econômico e, mais amplamente, na ideia do desenvolvimento humano, definido como o gradual avanço da sociedade em relação a esses cinco objetivos.
31. A política passa a ser conduzida de acordo com os interesses das partes, tendo como referência quatro ideologias: o nacionalismo, que é a ideologia do estado-nação e do desenvolvimento econômico, o liberalismo econômico, que é a ideologia da burguesia, o socialismo, que é a ideologia da redução das desigualdades econômicas, e o liberalismo político, que é uma conquista da humanidade. Cada uma destas ideologias corresponde a um dos objetivos políticos acima.
32. A força motora da política e do desenvolvimento humano são as lutas sociais – seja a luta de classes, que é essencial para a conquista de direitos pelas classes populares, e/ou as coalizões de classe que são essenciais para a constituição do Estado desenvolvimentista associando empresários, trabalhadores e burocracia pública. Desde que não sejam radicais, lutas de classes e coalizões de classe coexistem no capitalismo.
33. Este processo político benigno de distribuição de poder (democratização) e de distribuição de renda (socialização) não é harmônico, mas contraditório, baseado no conflito e na cooperação; e não é garantido – nos últimos 40 anos houve grande aumento das desigualdades.
34. A teoria do Estado subjacente a estas notas não é a contratualista, nem é a do direito natural, mas é uma teoria histórica, baseada nas lutas sociais, nas formas de apropriação do excedente econômico, no desenvolvimento econômico, e na crença da possibilidade do desenvolvimento humano ou do progresso.